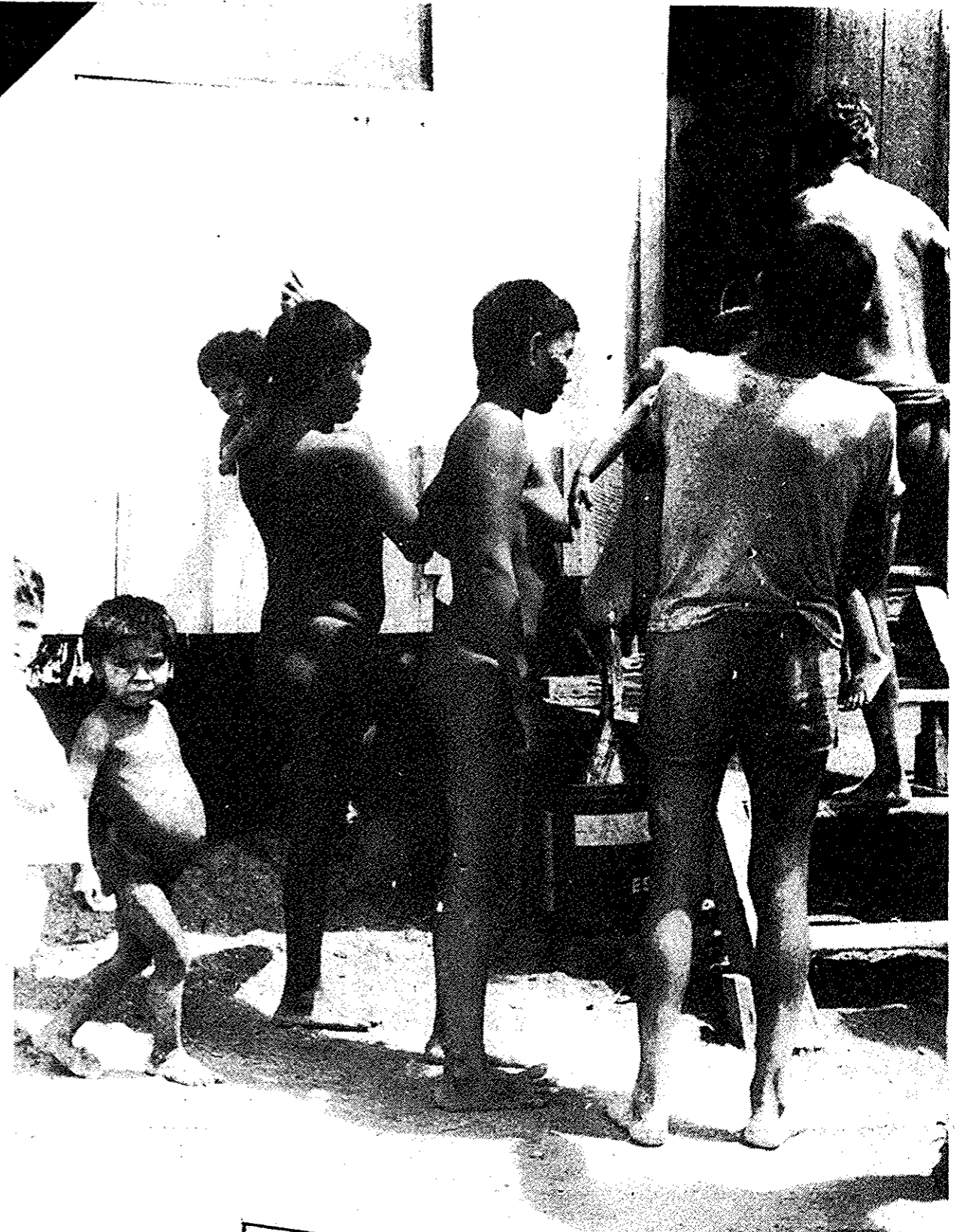


Massacre e vida dos waimiri-atroari

Memória Moreira especial para o JBr

O livro *Waimiri-atroari, a história que ainda não foi contada*, de José Porfírio de Carvalho mostra outra versão sobre o massacre sofrido pela missão do padre Calleri, em 1968, entre Roraima e o Amazonas. O lançamento será hoje, às 21 horas, no Clube da Imprensa



Entre os anos de 72 a 74, os jornais de todo o país, principalmente os de Manaus, estampavam nas primeiras páginas os massacres promovidos por uma confederação indígena que vive entre os vales dos rios Camaná, Jauaperi, Santo Antonio do Abonari, Alalaú e Utamaú, nas fronteiras do Território de Roraima com o Estado do Amazonas. E a confederação waimiri-atroari, que ficou famosa depois de exterminar a missão do padre Calleri, em 1968.

Nesses dois anos eles resistiram à construção da estrada Manaus-Caracará (RR) e realizaram massacres contra sertanistas e funcionários da Fundação Nacional do Índio. Em dois anos, a Funai perdeu 16 servidores e alguns bons sertanistas, como Gilberto Pinto. Nas notas distribuídas à imprensa, o órgão tutor dos índios assegurava que os waimiri-atroari salam vivos. Não havia índios mortos.

Essa é a versão oficial das relações entre a confederação indígena e os brancos. E a versão até agora apresentada como verdadeira, mas que nunca se preocupou em explicar como morreram mais de dois mil índios. Em 1968 eles eram três mil indivíduos, em 1972, os confederados eram dois mil e no final de 1974, 600 índios.

Se a Funai jamais se preocupou em explicar como morreram os índios, o sertanista José Porfírio de Carvalho, que conheceu os caciques Maroaga (waimiri) e Comprido (atroari), decidiu que a história desses dois povos, seus contatos com os militares do VI Batalhão de Engenharia e Construção (BEC), dirigido na época pelo coronel José Oliveira, e seus "massacres", não ficariam esquecidos para quem foi testemunha da história. O sertanista Porfírio é testemunha e esperou oito anos, o tempo suficiente para ter recursos financeiros e editar a história de um povo que agoniza agora com a construção da Hidroelétrica de Balbina e a exploração de minérios pela Empresa Paranapanema.

DENÚNCIA E DESMISTIFICAÇÃO
José Porfírio de Carvalho é cearense, tem 36 anos, dos quais 11 como sertanista da Funai, em contato permanente com diferentes tribos da Amazônia e do Maranhão. Ele foi demitido em 1980, por não concordar "com a política contrária aos interesses dos índios". Seus companheiros, também sertanistas, como Ezequias Hering (Xará), que ajudaram na documentação do livro, costumam, ironicamente, chamar Porfírio de "legalista". Ele exige apenas o cumprimento da lei 6001 (Estatuto do Índio), na condução da política oficial em relação aos 200 mil índios que vivem no Brasil.

Em 154 páginas, no livro "Waimiri-atroari, a história que ainda não foi contada", ele faz graves denúncias, apresentando fac-símiles dos documentos do II Grupamento de Engenharia e Construção (superiores hierárquicos do Batalhão de Construção). Num dos documentos dos construtores da estrada que cortou o território dos waimiri-atroari, em papel timbrado e com assinatura do general Gentil Nogueira Paz, comandante do II Grupamento, há a seguinte instrução: "esse comando (VI BEC), caso haja visitas dos índios, realiza pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos, os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso da dinamite".

O documento é apresentado sem qualquer comentário paralelo, porque o autor tenta evitar suas interpretações. Ele se restringe aos depoimentos e documentos. O mais grave de todos os depoimentos e que levanta suspeitas sobre o

rápido desaparecimento dos índios, refere-se à morte do sertanista Gilberto Pinto, ocorrida em 29 de dezembro de 1974.

Na versão oficial, Gilberto foi morto durante um incompreensível massacre, comandado pelo cacique Maroaga. Incompreensível, porque os índios chamavam o sertanista de "papai Gilberto". Nesse massacre morreu também o cacique Maroaga, mas a Funai nunca liberou essa notícia. Houve um sobrevivente, o índio Ivan, sataré, que é funcionário da Funai e amigo de Porfírio.

"Ivan, que foi o único funcionário da Funai que se encontrava no Posto Santo Antonio do Abonari — conta o livro — conseguiu escapar com vida e explicou-me que não vira praticamente o ataque dos índios. Afirmou apenas que ao amanhecer do dia 29 de dezembro, encontrava-se do outro lado do rio Santo Antonio do Abonari, seguindo determinação de Gilberto, que o mandara passar a noite do outro lado, exatamente para observar o posto, de local onde pudesse ver o que ocorria em seu redor. Esta atitude era normal. Toda vez que os índios encontravam-se no posto, Gilberto sempre mandava alguém pernoitar fora da área do posto".

"Ao se dirigir à beira do igarapé — prossegue o depoimento —, no meio de uma neblina intensa, assistiu-se quando ouviu uma intensa fuzilaria e muita fumaça no rumo da sede do posto. Ouviu também os gritos e notou que Gilberto gesticulava muito. Os índios correndo".

Tudo isso aconteceu em 1974, quando a arma mais poderosa usada pelos waimiri-atroari eram flechas com ponta de metal. Eles não tinham armas de fogo e o autor do livro, que viveu entre os waimiri-atroari afirma: "Nos ataques que eles realizaram, nunca deixaram os atacados reagirem. Usavam sempre estratégias para surpreender quem eles iriam atacar".

Levantada essa dúvida, o sertanista Porfírio de Carvalho apresenta também, os relatórios da missão do padre Calleri, missionário da Consolata, morto pelos índios em outubro de 1968. Padre Calleri sempre foi apresentado como "mártir missionário". Seu nome está nas ruas e praças de Boa Vista e Manaus. Sua morte pode ser explicada em seu próprio relatório, que desmistifica aquela imagem de missionário pregando apenas o Evangelho. Italiano, ele trouxe consigo ressaibos de uma doutrina que dominou seu país nas décadas de 30 e 40.

O relatório do padre Calleri, ao chegar à aldeia é o seguinte: "Chegamos às malocas à zero hora. Os índios compareceram de repente no rio; inicialmente se apresentaram medrosos e desconfiados, depois nos ofereceram laranjas e beijos (pão feito de mandioca), mas não nos permitiram entrar na maloca. Em seguida, vendo nossa mercadoria, começaram a se agitar usando gestos violentos para tirar tudo. Com calma e serenidade, e o máximo de acordo entre nós, nada foi permitido, o índio bem sabe que isso está no nosso direito de gente superior...".

Com esse relatório, a imagem de mártir fica prejudicada, principalmente quando se prossegue na leitura dos relatórios, onde o padre conta que os atroaris estavam sendo usados como seus empregados, transportando as pesadas cargas. Um missionário que não era nem um pouco diferente de qualquer colonialista inglês ou português, querendo escravizar os autóctones. Os índios reagiram e poucos dias depois, exterminaram a missão do padre Calleri. Restou apenas um sobrevivente, o sertanista Paulo Mineiro, que avisara ao padre do perigo que ele corria tratando os índios daquela forma.

AVENTURA
Não bastassem as denúncias, o

livro de José Porfírio é também uma aventura editorial. Foi impresso com recursos próprios, numa gráfica de Taguatinga. "Eu não sou famoso, ninguém me conhece e se eu mandasse o livro para uma editora importante, ia ficar uns dois anos na lista de espera, por isso eu resolvi editá-lo", diz o sertanista.

Ele gastou um milhão de cruzeiros para imprimir três mil exemplares e o livro será vendido a mil cruzeiros. Os recursos gastos na edição do livro fazem parte da indenização recebida por Porfírio ao ganhar uma causa contra a Funai na justiça trabalhista.

Mesmo desempregado, Porfírio diz que gastaria mais, "se fosse necessário". A história dos waimiri-atroari é um compromisso assumido entre Porfírio e o sertanista Gilberto, que morreu em 1974. "Quando um de nós dois morrer, o outro tem que fazer a denúncia", foi a combinação feita entre os dois sertanistas. Porfírio sobreviveu o suficiente para escrever o livro e não aceitar a recente proposta feita pelo presidente da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, que queria levar novamente o sertanista para a frente de atração dos waimiri-atroari. "Eu não posso ir. Eles querem que eu vá ajudar a mineradora Taboca (subsidiária da Paranapanema) que está invadindo a terra dos índios. Não colabore com invasões. Prefiro continuar desempregado".

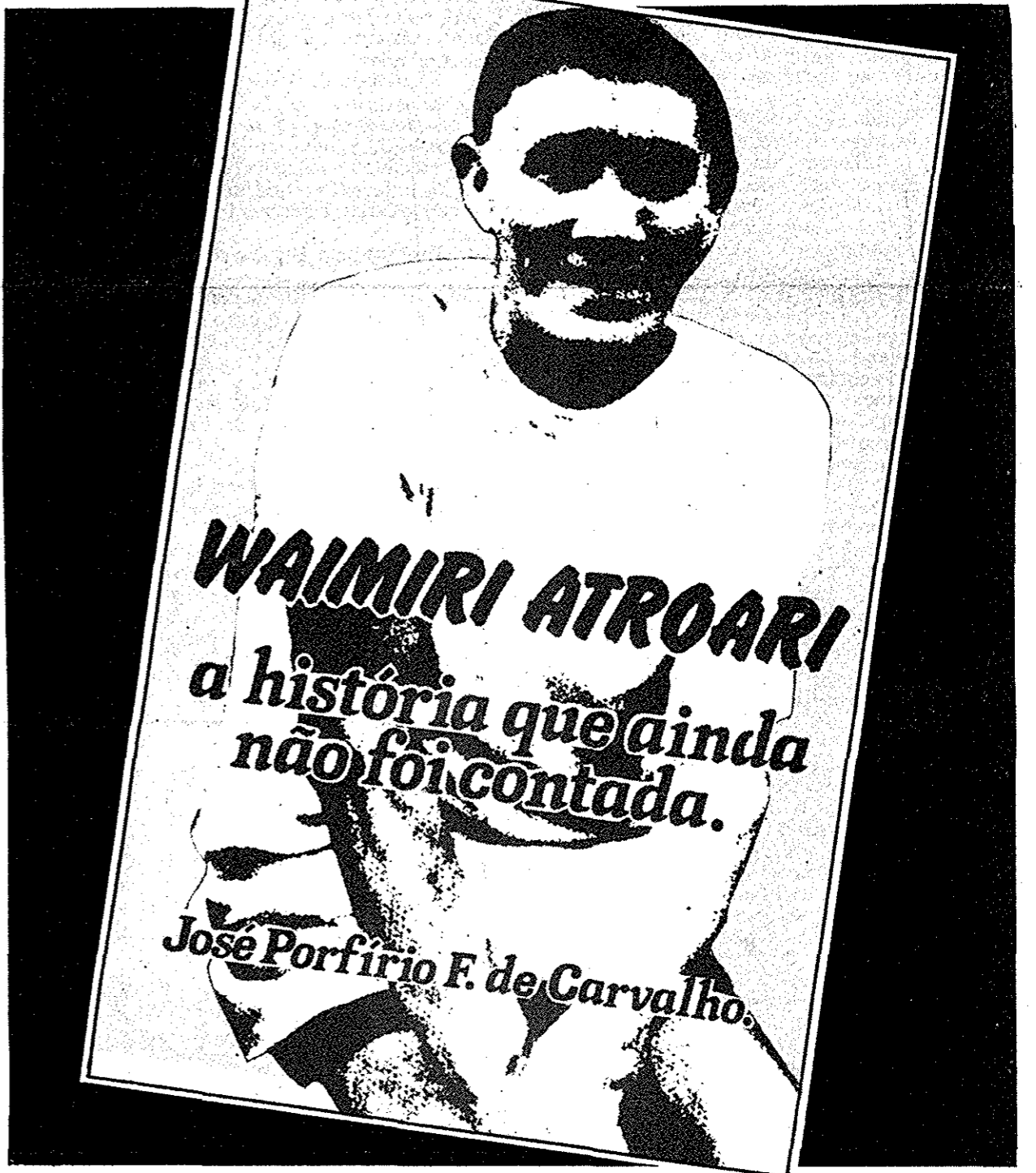
Se o livro é uma aventura editorial, a distribuição também o será. Ele pretende vender o livro nas noites de autógrafa que ainda fará em Belém, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo. O restante, será colocado em consignação nas livrarias do país.

A leitura é difícil porque não há histórias exóticas ou aventureiras. São relatórios colhidos ao longo dos anos, mas apesar da dificuldade da leitura, o livro merece ser lido com atenção para que se mude a romântica ideia de que somos um povo pacífico. Para que se mude também a imagem que nos foi ensinada desde criança: a de que apenas os "soldiers blues", comandados por um certo general Custer, atacaram e destruíram as populações indígenas dos Estados Unidos.

Os waimiri-atroari são um bom exemplo para que outros funcionários da Funai, mesmo aqueles que sabem apenas escrever relatórios, decidam-se contar a história do extermínio dos povos indígenas do Brasil. Se depoimentos como esse não servirem para melhorar a situação dos índios, servirão pelo menos como testemunho histórico.

O livro será lançado hoje em Brasília, no Clube da Imprensa, durante um debate que reunirá antropólogos, sertanistas e missionários, dando início à campanha internacional de defesa dos waimiri-atroari, cujas terras serão inundadas pela Hidroelétrica de Balbina, cuja construção está sendo, em parte, financiada pelo governo francês. Depois de Balbina, a mineração e os waimiri-atroari, assim como os pataxó que perderam suas terras, estão perdendo seu território. Não demora e serão transferidos para outras regiões, como vem acontecendo com todas as minorias que insistem em se manter vivas.

Porfírio acredita que haverá represálias por ter divulgado documentos até então sigilosos. "Não tenho medo de represálias, afinal de contas — diz ele — nós sertanistas, sofremos sempre represálias, quer seja da Funai que não aceita nossas sugestões e protestos, quer seja dos índios que não entendem o nosso trabalho de ir na frente dos invasores, abrindo caminhos para eles e, até a opinião pública que nos cobra as doenças, as invasões, as mortes que se seguem às expedições de contato".



Sem enfeites nem cores

Os waimiri-atroari constituem um grupo indígena do tronco linguístico Karib, divididos em um número não definido de sub-grupos locais. Tradicionalmente, ocupam as regiões de florestas equatoriais entre a foz do rio Negro e os tributários do Rio Branco. O etnólogo Barbosa Rodrigues manteve contatos amistosos com esses índios no final do século passado.

Até o início do século XIX, os contatos entre os brancos e esses dois povos mantinham-se sem problemas. A partir da exploração dos castanheais, os contatos começaram a se tornar difíceis e em 1856, o major Vasconcelos, acompanhado de 50 homens bem armados foi ao território indígena, assegurar a vida dos exploradores de castanha e outros produtos vegetais. No igarapé Uatupurá, o major Vasconcelos encontrou uma aldeia waimiri e ali se travou um combate durante o qual morreram mais de 300 índios, segundo relatórios feitos por essa expedição.

Outros ataques se seguiram, inclusive alguns a pedido de frei

Samuel Luciani, vigário da paróquia de Moura, vila localizada à margem direita do rio Negro. Em janeiro de 1879, os waimiri-atroari invadiram a cidade de Moura. Os brancos da cidade refugiaram-se numa ilha e o ataque dos índios limitou-se a prejuízos materiais.

Já no nosso século, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), extinto no final da década de 60 instalou um posto de atração na área indígena e no dia 16 de outubro de 1917, concedeu aos waimiri-atroari as terras localizadas a 50 quilômetros a jusante das cachoeiras dos rios Jauaperi e Camaná. Apesar dessa decisão do SPI, as terras continuaram sendo invadidas. Os invasores e os empregados das empresas de exploração dos castanheais, ao encontrarem malocas indígenas, tocavam fogo nas roças e levavam os alimentos dos índios. Essa era uma ordem dada, por exemplo, pela empresa Penha-Bessa de Manaus.

CARACTERÍSTICAS
Eles andam, geralmente, nus, raspam a cabeça até um pouco acima da orelha. O hábito atinge

homens e mulheres. As mulheres usam uma espécie de tanga, confeccionada com caroço de bacaba (espécie de palmeira). A tanga é usada apenas na parte da frente.

Ao contrário dos demais índios da Amazônia, eles não têm enfeites corporais, nem mesmo plumagens, como os yanomami, que também vivem em Roraima. Seus mortos são cremados e as cinzas dos mortos jogadas nos rios.

Suas festas ocorrem sempre no mês de setembro, quando baixam as águas dos rios. Vivendo da agricultura, eles plantam mandioca, cana-de-açúcar, banana e fazem farinha. Suas roças são plantadas sempre em épocas e lugares diferentes.

Depois do contato com os brancos, na década de 70, muitos índios já se vestem (as mulheres usam apenas as saias e os homens, calções). Pouco conhecidos, seus ataques são atribuídos às festas de iniciação dos adolescentes, fato que ainda não pôde ser comprovado pois não há qualquer estudo antropológico sobre essa confederação.